

A EDUCAÇÃO AMBIENTAL COMO RECURSO DE GESTÃO E PLANIFICAÇÃO: SUA APLICABILIDADE NO TURISMO.

SANTOS, Rodrigo Amado dos.

Docente do Curso de Bacharelado em Turismo da Faculdade de Ciências Humanas (FAHU) da Associação Cultural e Educacional de Garça (ACEG).

Bacharel em Turismo – Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP). Mestre em Ciências Sociais - Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), Campus Marília. Doutorando em Geografia - Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), Campus Rio Claro

profrodrigoamado@gmail.com

ARANTES, Maria Isabel Pereira

Bacharel em Administração com ênfase em Hotelaria pelas Faculdades Integradas de Ourinhos

RESUMO:

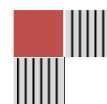
O objetivo deste trabalho científico foi de salientar a importância da Educação Ambiental e sua efetiva função em uma organização social como mediadora de planejamentos e estratégias em defesa e proteção ao meio ambiente. Através de uma densa pesquisa bibliográfica buscou-se delinear conceitos e resultados de experiências já vivenciadas. Por meio de uma revisão literária tornou-se possível configurar o cenário que demanda essa preocupação, seu campo de atuação, comprometimento organizacional, e meios de promover o equilíbrio interno e externo de nossa organização social. Este trabalho sugere o comprometimento dos indivíduos nas diferentes esferas de relacionamento como um recurso capacitador de motivação e performance de talentos, um programa estratégico que envolve as pessoas conscientes da árdua tarefa de preservação de nossos atrativos naturais. Assim, percebe-se que a dialética gerada a partir dessas relações com o campo de turismo desempenha importante função dentro das comunidades, pois através de seus processos e estratégias é possível desenvolver consumidores e que a tecnologia agregada à informação representa um importante diferencial às atividades turísticas. Dessa forma, ainda que o relacionamento entre a indústria do turismo e os consumidores de seus produtos é essencial para que as comunidades conheçam seus visitantes e elaborem produtos e serviços que atendam suas necessidades, percebe-se que tal parceria é uma importante estratégia de relacionamento entre turismo, empreendedores, comunidade e turistas.

Palavras-chave: Educação Ambiental. Sustentabilidade. Turismo

ABSTRACT

The aim of this scientific work was to emphasize the importance of environmental education and its effective role in social organization as a mediator of planning and strategies in defending and protecting the environment. Through a dense literature we attempted to outline the concepts and results of experiments already experienced. Through a literature review it became possible to configure the scenario that demands that concern, their field of expertise, organizational commitment, and means of promoting internal and external balance of our social organization. This work suggests the involvement of individuals in different spheres of relationship as a resource trainer for motivation and performance talents, a strategic program that involves people aware of the arduous task of preserving our natural attractions. Thus, we find that the dialectic generated from these relationships with the field of tourism plays an important role within communities, because through their processes and strategies can be developed and consumers that the technology to aggregate information represents an important differentiator for tourist activities. Thus, although the relationship between the tourism industry and the consumers of their products is essential for communities to know their visitors and develop products and services that meet their needs, it is clear that this partnership is an important relationship between strategy tourism, entrepreneurs, community and tourists.

Keywords: Environmental Education. Sustainability. Tourism.



1. TURISMO: UM ELEMENTO SÓCIO-EVOLUTIVO

Atualmente, discutir o papel do turismo como um elemento social, que aos poucos se constitui como parte integrante de nosso meio, requer novos ângulos na observação dessa atividade tanto no âmbito político, como no econômico, ambiental ou mesmo no social. Sob a óptica do presidente da EMBRATUR – Instituto Brasileiro de Turismo Conselheiro Executivo da Organização Mundial do Turismo – Caio Luiz de Carvalho:

O turismo brasileiro durante décadas viveu em demasia de um romantismo nada saudável que afugentou tanto o setor governamental quanto o privado, de profissionalismo tão necessário. Sabemos que, hoje, nenhuma atividade econômica compete tão intensamente no ambiente da globalização quanto a indústria de viagens e turismo. E globalização exige estratégia, planejamento e diretrizes corretas (LAGE, 2000, p.15).

Desse modo, observa-se que a temática turística quando atrelada ao desenvolvimento sustentado tem tomado importância cada vez maior no cenário mundial. E, como resultado desse status a pesquisadora DONAIRE faz lembrar que:

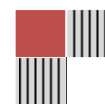
Desde a 1ª Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente realizada em 1972, em Estocolmo, na Suécia, até a consolidação do termo “Desenvolvimento Sustentado” na linguagem do dia-a-dia, a sociedade atual está cada vez mais convicta de que é possível uma nova gestão dos recursos naturais que possibilite, ao mesmo tempo, eficácia e eficiência na atividade econômica e que se possa manter a diversidade e estabilidade do meio ambiente (2000, p.81).

Em contrapartida, desvelado por aqueles que lhe devem atenção, o turismo contemporâneo tem sido vítima de especulações praticadas por investidores ambiciosos e de falta de planejamento que se atribui ao setor público enquanto representante de uma comunidade. Desse modo, conforme afirma RUSCHMANN:

A finalidade do planejamento turístico consiste em ordenar as ações do homem sobre o território e ocupa-se em direcionar a construção de equipamentos e facilidades de forma adequada evitando, dessa forma, os efeitos negativos nos recursos, que os destroem ou reduzem sua atividade (1997, p.9).

Este trabalho, portanto, pretende defender a importância e a necessidade de ações planejadas dentro de uma metodologia habilitada a conduzir um desenvolvimento sócioevolutivo que concentre atenção ao recurso turístico, às populações receptoras, aos turistas e aos investidores, e que vise não apenas o equilíbrio e a harmonia dos recursos naturais, mas do ser humano e suas ações também. A partir daí vislumbra-se a demanda de investimentos em projetos que se concentrem na educação ambiental. Programas que disponham indicadores que viabilizem um turismo sustentável e com suas bases na educação ambiental. Para KRIPPENDORF, entretanto:

O objetivo principal em longo prazo deve ser o restabelecimento da harmonia do sistema. Mas a harmonia só pode se instalar numa situação de equilíbrio, em que a sociedade, a economia, o meio ambiente e o Estado se completem da melhor forma possível; onde a economia volte a se inserir nas relações sociais, e não o inverso, onde ela se coloque, pois, a serviço do homem e da sociedade; onde a preservação do meio ambiente intacto constitua

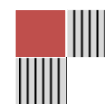


uma obrigação absoluta e onde toda transgressão seja reprimida tão severamente como o são os outros atentados à vida; onde o Estado, enfim, seja o criador das condições gerais indispensáveis ao nascimento de uma nova harmonia (2000, p.33).

Desse modo, ao discutirmos o desenvolvimento sustentável do turismo, em conformidade com o World Commission of Environment and Development, compreendemos um turismo que atenda às necessidades dos turistas atuais sem comprometer a possibilidade do usufruto dos recursos pelas gerações futuras. Uma vez que podemos visualizar a interação que temos com o meio que nos cerca como uma relação de usufruto de sua biosfera, isto é, “as rochas, as águas, enfim, todos os elementos que envolvem a Terra, juntamente com seus ecossistemas” (HOLDER apud RUSCHMANN, 1997, p.19), constituídos de comunidades – integradas por indivíduos e todos os tipos de vida animal e vegetal. Esse ponto de vista relacionado com meio ambiente e educação social também compreende todos os tipos de construção humana, desde as cidades e seus monumentos históricos até os sítios ecológicos, além dos padrões de comportamento das populações: o folclore, o vestuário, a gastronomia e o modo de vida das pessoas em suas comunidades. Entretanto, sabemos que encontrar um ponto de equilíbrio entre os interesses econômicos que são estimulados pela própria articulação turística e o seu desenvolvimento de uma prática planejada, uma que preserve o meio ambiente, não tem sido tarefa fácil, principalmente porque, de acordo com RUSCHMANN (1997, p.11) “o controle da atividade depende de critérios, valores subjetivos e de uma política ambiental e turística adequada que ainda não se encontrou no nosso país nem em outros países”.

Por um lado, a inter-relação entre o turismo e o meio ambiente é uma afirmação lógica aceita no mundo todo e por todos os povos, ou seja, não admite contestação, pois o meio ambiente constitui toda a representação racional do que seja turismo, já que as alterações nas condições de vida nas grandes comunidades urbanas mobilizam um crescente número de pessoas que gradualmente sentem necessidade de se encontrar, de se envolver com o verde, com a natureza.

Historicamente, segundo RUSCHMANN (1997, p.18) “a preocupação com a proteção do meio ambiente teve início nos contextos urbanos, em que um planejamento equivocado do desenvolvimento colocou em risco e em muitos lugares até aniquilou a qualidade de vida de certos povos”. Isto é, de acordo com os estudos realizados pela mesma autora, as principais causas da deterioração dos ambientes urbanos, o que conseqüentemente geraria uma fuga dos centros urbanos por uma busca do verde nas viagens de férias ou de fim de semana, seria: a poluição sonora, visual e atmosférica; a violência, os congestionamentos e as doenças provocadas pelo desgaste psicofísico das pessoas.



Trata-se, portanto, de um círculo vicioso que é preciso romper por meio de planejamento dos centros urbanos e de muita percepção de controle de desenvolvimento e de interesses pessoais e coletivos que visem à conscientização para a preservação dos meios naturais e arquitetados pelo homem, promovendo a sua conservação e perenização. Ou seja, uma busca constante do desenvolvimento de um turismo sustentável.

1.1. Uma sustentabilidade efetiva

Indubitavelmente, o turismo é um grande gerador de riquezas e constitui, ao mesmo tempo, uma força que agride naturezas, culturas, territórios e sociedades de um modo geral, como é o caso das construções de residências sem um planejamento arquitetônico preocupado com o meio ambiente nas regiões costeiras, por exemplo, no Sul da Bahia, Trancoso¹. Para o pesquisador NETO (2000, p.181) “o envolvimento da comunidade é crucial, como também é fundamental que as autoridades públicas reconheçam essas necessidades e participem do processo de orientação do turismo”. O desenvolvimento de um turismo realmente sustentável demanda o desenvolvimento perceptivo (a conscientização dos atos sociais de cada um), além do cognitivo (o discernimento do poder racional, a capacidade de evoluirmos socialmente enquanto seres pensantes) daqueles que lhe atribuem qualquer definição ou parâmetro. Por exemplo, para RUSCHMANN:

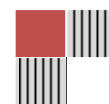
O planejamento turístico é uma atividade que envolve a intenção de estabelecer condições favoráveis para alcançar objetivos propostos. Ele tem por objetivo o provisão de facilidades e serviços para que uma comunidade atenda seus desejos e necessidades (1997, p. 83).

Porém, o provisão de facilidades e serviços requer, além de um trabalho coletivo, o uso de métodos e técnicas que corroborem a sustentabilidade turística. Portanto, ESTOL e ALBUQUERQUE (s.d.: p.8) definem o planejamento como:

Um processo que consiste em determinar os objetivos de trabalho, ordenar os recursos materiais e humanos disponíveis, determinar os métodos e as técnicas aplicáveis, estabelecer as formas de organização e expor com precisão todas as especificações necessárias para que a conduta da pessoa ou do grupo de pessoas que atuarão na execução dos trabalhos seja racionalmente direcionada para alcançar os resultados pretendidos.

Logo, estas definições nos remetem ao maior problema que diz respeito ao desenvolvimento do turismo: a ausência do planejamento que resultará no crescimento descontrolado das localidades turísticas, além da descaracterização e da perda da originalidade das destinações que motivam o fluxo de turistas e o empreendimento das ações isoladas, esporádicas, eleitoreiras e desvinculadas de uma visão ampla do fenômeno turístico.

¹ Conforme informações apresentadas no Programa Mar Sem Fim, canal TV E, 21/05/2007.



Não obstante, a título de prevenção DONAIRE (2000, p.81) enfatiza que “é importante lembrar que no âmbito do turismo é sempre mais indicada a preservação do que a cura, visto que esta última pode apresentar seqüelas irreparáveis”. Contudo, iniciativas planejadas para alcançar o turismo sustentável trazem aspectos benéficos à comunidade autóctone, como também trazem certos prejuízos para a mesma. É, portanto, como pode se observar em sua prática, um campo altamente dependente de inter-relações (sociais, ambientais, culturais, políticas, etc.) e não somente de técnicas, métodos e leis.

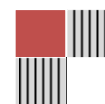
E é a partir dessas inter-relações que se faz necessário refletirmos sobre implicações políticas e técnicas em meio ao cenário de uma reeducação sobre pontos fundamentais na relação Homem X Natureza, sendo esta problemática, o ponto cerne deste estudo monográfico a partir do momento em que se começa um trabalho de definição quanto ao seu campo de desempenho.

1.2 A educação ambiental a partir do setor público

Reunir argumentos que evidenciem a importância da educação ambiental a partir do setor público requer uma observação minuciosa de projetos e programas desenvolvidos pela política gestora de uma comunidade alvo, além de sua capacidade de abranger não apenas recursos naturais, mas também toda a produção cultural dessa comunidade. Sabe-se, portanto, que a participação do coletivo no tocante ao meio ambiente tem recebido atenção internacional, já que NETO (2000, p.176) destaca que:

Turistas orientados para melhores relações de custo-benefício incentivarão: desenvolvimento de hotéis de padrão três estrelas, tanto em centros urbanos quanto em destinos de lazer; desenvolvimento significativo em hotéis de lazer localizado em destinos de fácil acesso aéreo; desenvolvimento de all-inclusive resorts que são consequência de como facilmente organizar férias; desenvolvimento em pequeno nível de hotéis de luxo, extremamente caros; desenvolvimento de hotéis de serviços limitados e crescente facilidade de serviços no quarto do hotel (recursos tecnológicos).

O próprio Relatório Brundtland de 1987, definido pela Comissão Mundial para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento “sugeriu uma estrutura para o controle legislativo do desenvolvimento sustentável em geral, que também se aplica ao turismo” (SWARBROOKE: 2000, p.05). Há muitas razões pelas quais acreditamos que o setor público seja adequado para desempenhar um papel de liderança na tentativa de desenvolver formas de turismo mais sustentável. O pesquisador SWARBROOKE (2000) sugere que reconheçamos o setor público como portador do poder para representar toda a população, não apenas grupos ou indivíduos interessados. Pois, o setor público é considerado imparcial, sem nenhuma ação comercial, sem nenhum interesse a ser protegido. E, também pelo fato de não ficar limitado a objetivos financeiros de curto prazo, o setor



público é considerado como capaz de adotar uma visão de longo prazo. Enfim, um órgão do setor público pode fazer muito no sentido de tornar o turismo mais sustentável, mediante a legislação e a regulamentação. A partir daí, BARRETTO admite:

Os governos, sejam municipais, estaduais ou nacionais, ganham com o turismo na forma de impostos – e, sabe-se, em nosso continente a evasão de impostos chega a 50% e a muitas isenções concedidas a empresas multinacionais a fim de que se instalem determinados locais. Portanto, o dinheiro que entra por conceito de turismo fica, em sua maior parte, com os prestadores de serviços turísticos, sem ser redistribuído equitativamente pela sociedade e deixando muito pouco aos cofres públicos (2000, p.28).

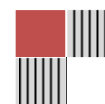
Embora o setor público tenha um papel extremamente valioso a desempenhar no desenvolvimento do turismo sustentável, temos que trabalhar com a forte dimensão política na prática deste. Pois, o turismo sustentável depende de meios de transporte, do fornecimento de produtos e serviços, da mão-de-obra especializada, da educação ambiental da comunidade local e dos turistas e até de resultados de pesquisas que atendem a interesses comprometedores.

1.3 O setor público como efetivo no turismo sustentável

Muitos obstáculos podem ser superados na prática do turismo sustentável, uma vez que o setor público organize-se de forma politicamente efetiva no que diz respeito ao planejamento e desenvolvimento desse modelo de turismo. O que acaba contribuindo também com projetos direcionados à educação ambiental. SWARBROOKE afirma que:

Embora, como vimos, o setor público tenha um papel potencial valioso a desempenhar no turismo sustentável, temos de aceitar que há uma forte dimensão política no turismo sustentável. Em todo plano ou política de turismo, há ganhadores e perdedores, e isso torna a política de turismo do setor público uma questão política. Também é uma questão política porque os turistas são eleitores, e toda tentativa de controlar-lhes o comportamento ou de limitar a escolha deles pode resultar numa reação dos volantes, que também são turistas (2000, p.19).

O que se percebe também é que mesmo o ciclo eleitoral, que naturalmente compromete a disposição dos políticos de tomar decisões de realização em longo prazo e das quais o turismo sustentável depende, pode colaborar de uma maneira mais enriquecedora para a coletividade a partir de uma dialética dentro da própria esfera do turismo sustentável. Conforme SWARBROOKE acrescenta na seqüência, “muitos sistemas de planejamento do setor público podem tornar-se mais ágeis, menos burocráticos e mais capazes de responder à rapidez das mudanças da esfera do turismo” (SWARBROOKE, 2000, p.20). Percebe-se que o turismo sustentável não acontece naturalmente, mas pela união das pessoas capazes de perceber a necessidade da criação e execução de planos e programas, dentre os quais podemos destacar o de educação ambiental, voltados para o desenvolvimento cognitivo dos indivíduos.



Para SWARBROOKE (2000, p.19) “(...) temos que aceitar que há uma forte dimensão política no turismo sustentável [ao mesmo tempo em que] o turismo tem poderosos interesses envolvidos, como as operadoras de transporte e os hoteleiros, que tentam influenciar o processo político”. O que leva a seguinte indagação: até que ponto a educação ambiental realmente atende aos interesses do setor público enquanto coletividade.

Segundo RUSCHMANN (1997, p.75), a “educação para o turismo, pregada pela maioria dos autores que tratam dos estudos de impacto da atividade e de seus agentes sobre o meio ambiente, envolve necessariamente a educação ambiental”. Essa mesma educação ambiental é responsável pela sedimentação de valores e crenças que podem gerar a conscientização da humanidade sobre sua estreita relação com o meio ambiente.

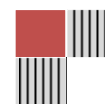
2. EDUCAÇÃO AMBIENTAL: PRÉ-REQUISITO PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL

A questão da educação ambiental tem suscitado debates e pesquisas em diferentes instituições de ensino e na esfera da administração pública. Entretanto, segundo CASCINO, as mais importantes manifestações relativas ao surgimento do moderno ambientalismo ocorrem a partir da década de 1970, resultado direto das manifestações sociais, culturais e políticas vividas durante os últimos anos da década de 1960, os anos rebeldes (2000, p.189).

A partir daí a sociedade já começa a desenvolver mudanças em seu comportamento e atitudes bastante significativas, apresentando também indícios de uma maior convivência com o meio ambiente e, desse modo, sendo capaz de representar um refinado processo de evolução racional, cognitiva. CASCINO enfatiza que,

é nesse mesmo contexto, portanto, que nasce um ambientalismo que não permitirá apenas a preservação da árvore, do pássaro, do rio, do lago, do mar, do ar, de maneira isolada e estanque. Ao contrário, o ambientalismo passará a ser sinônimo de integração de uma infinidade de conteúdos, de complexificação do conhecimento, articulando uma visão diferenciada sobre os acontecimentos naturais, sociais, culturais, políticos e econômicos, entendendo o ser humano como elemento co-responsável, fundamental, em tudo o que ocorre no âmbito da sobrevivência física do planeta e da própria qualidade de vida em um sentido amplo, renovado e diferenciado (2000, p.191).

Assim, este trabalho tem como objetivo “socializar algumas reflexões que foram realizadas, orientadas pela análise da importância da Educação Ambiental para a atividade turística e como forma de melhor conhecer, divulgar e preservar o patrimônio histórico, cultural e natural” (FIGUEIREDO, 1999, p.55). Por outro lado, vale ressaltar que a crise ambiental na qual estamos inseridos é tida como um processo de ruptura de uma relação harmoniosa entre o homem e a natureza, e a mesma toma uma nova dimensão no final da década de 60. LOMBARDO (1999, p.92)



argumenta que “os problemas ambientais sentidos levaram à organização da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, em Estocolmo, no ano de 1972”. Esta conferência, entretanto, representou um marco histórico, pois introduziu uma discussão crítica sobre os modelos de desenvolvimento e seus aspectos ambientais.

Dessa forma, segundo UEDA (1999, p.98) o turismo deve ser entendido como “um fenômeno econômico, político, social, cultural e ambiental cujos componentes básicos para a reflexão são o homem, o espaço e o tempo”. Pois, do ponto de vista econômico, político e social compreendemos os benefícios que a atividade turística traz tanto para a comunidade local quanto para o próprio setor público e para sua política no desenvolvimento de programas e projetos direcionados para a educação sócio-ambiental e para a preservação dos recursos naturais, além daqueles edificados pela mão do homem. Ou então, como sugere DELGADO (2000, p.12), a prática da atividade turística seria “espontânea ou previamente planejada, que implica na visita, apreciação e uso de um espaço natural, onde as partes envolvidas se respeitam, beneficiando-se mutuamente e mantendo de forma sustentável as condições que a propiciaram”.

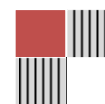
Entretanto, na construção de um turismo sustentável pautado na atuação do setor público, podemos nos deparar com contra-sensos no desenvolvimento e desempenho de órgãos que representam a comunidade e, desse modo, SWARBROOKE esclarece que,

O principal papel do setor público no turismo sustentável é amplamente negativo em termos de regulamentação e controles de planejamento. Porém, também ficou claro que o setor público pode ter um papel positivo e pró-ativo. Existe também uma tendência para a cooperação e a ação supra-governamental em geral, que poderia desempenhar um papel maior no turismo sustentável no futuro. Não obstante, também há fatores (...) que podem limitar a função do setor público na busca de um turismo sustentável (2000, p.20).

Porém, esses fatores que SWARBROOKE menciona, podemos considerá-los interesses políticos, funcionam como determinantes de qualquer ação do setor público no que diz respeito à educação ambiental.

2.1. A educação ambiental no desenvolvimento da comunidade

Discutir as implicações da educação ambiental no desenvolvimento cognitivo das pessoas requer, em primeira instância, a compreensão de que somente uma ação coletiva, planejada e orientada por uma política efetiva possa garantir a continuidade da manutenção e harmonização, não apenas das riquezas naturais e arquitetônicas, mas também sociais e culturais da humanidade. Contudo, para BENI,



O processo de planejamento em turismo apresenta as seguintes etapas: determinação dos objetivos; inventário de todos os recursos turísticos naturais e culturais, com destaque para seus respectivos diferenciais; análise e síntese da situação encontrada; formulação da política e do plano de turismo e também de recomendações de viabilidade; e implementação e controle de gestão do processo total (2000, p.165).

Para SWARBROOKE, autor de Turismo Sustentável, o envolvimento da comunidade nas atividades relacionadas ao turismo expressa necessidade e urgência de programas e projetos que predisponham não apenas convivência coletiva, mas papéis bem determinados e posturas definidas:

Parece sensato que o envolvimento da comunidade aconteça o antes possível, no planejamento e desenvolvimento do turismo nas áreas, visando a reduzir a probabilidade de que as destinações tenham que passar pela experiência da reação Irridex de Doxey ao turismo, indo da euforia ao antagonismo (2000, p.66).

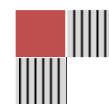
SWARBROOKE (2000) ainda argumenta que a participação da comunidade em programas direcionados ao turismo sustentável pode reduzir os impactos negativos do turismo, que se devem ao desenvolvimento incorreto e à atração de formas inadequadas de turismo, além de aumentar a tolerância e a percepção da comunidade em relação às atividades turísticas e ao comportamento dos turistas. Além disso, quando pensamos no conceito de turismo sustentável temos como pressuposto uma comunidade organizada socialmente em ação. Uma comunidade organizada socialmente pensante e capaz de defender seus interesses, criar perspectivas, planejar seu futuro e perceber seu presente. A mesma sociedade responsável por seu meio ambiente. Ou seja:

A maioria dos analistas parece concordar que o aspecto mais importante da política do turismo é a ‘proteção’ da comunidade local e do seu meio ambiente. Uma das pedras fundamentais do turismo sustentável é a idéia de que a comunidade local deve participar ativamente no planejamento do turismo, e talvez controlar a indústria do turismo local e suas atividades (SWARBROOKE, 2000, p.59).

Partindo deste pressuposto destacado acima por SWARBROOKE na relação do meio com sua própria comunidade local chegamos à noção da importância da educação ambiental. Atingimos aí o ponto de intersecção entre educação ambiental e meio ambiente tendo como mediador a espécie humana, o homem. A educação ambiental, entretanto, só pode ser sistematizada a partir das observações desse mesmo mediador, e, ao mesmo tempo, é este mediador o responsável por sua aplicabilidade e aplicação².

Quando discutimos essa relação: comunidade e seu meio ambiente, nos enveredamos em questões sociológicas, questões que requerem mais reflexão não apenas sobre tal relação, mas também sobre possíveis resultados de tal relação. E, para tanto destacamos KRIPPENDORF ao admitir que,

² O termo aplicabilidade se refere às metodologias desenvolvidas para a educação ambiental e o termo aplicação à sua prática (N. do A.).



Como o turismo é de importância vital para um grande número de seres humanos – quer sejam viajantes ou turistas –, caberia fixar um objetivo positivo e trabalhar em favor da viagem. No entanto, para poder fazê-lo de consciência tranqüila, é preciso que o turismo se modifique e se torne melhor. Nossa análise foi mais do que explícita quanto a este ponto: as coisas não podem continuar como estão! Todos, quer sejam turistas ou vivam do turismo, devem compreender e aceitar uma nova escala de valores. Caberia desenvolver formas de turismo que tragam a maior satisfação possível a todos os interessados – população local, turistas e empresas de turismo, mas que não estejam ligadas a inconveniências inaceitáveis, sobretudo nos níveis ecológico e social (2000, p.137).

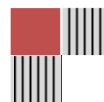
KRIPPENDORF assevera, na citação acima, que todos devem rever seus valores, seus conceitos e atentarem para as mudanças necessárias a um convívio social mais salutar. O autor também enfatiza que somente a participação coletiva pode estabelecer e manter a harmonia em nossa biosfera. Certamente, ele evoca a necessidade de um trabalho com a educação ambiental mais abrangente e mais preocupado com a abordagem efetivada por uma comunidade autóctone com seus turistas, já no primeiro contato.

A importância dessa abordagem recai sobre as relações do homem com a natureza e, particularmente, da comunidade com os turistas. Essa abordagem também inspira alguns questionamentos, ou seja: como a educação ambiental tem sido trabalhada junto aos indivíduos da comunidade? Eles são todos iguais? Todos têm as mesmas perspectivas de turista? Não é por acaso que KRIPPENDORF destaca os níveis social e ecológico, relacionados à satisfação coletiva. No nível ecológico nos deparamos com a natureza, com o verde. Já no nível social podemos perceber, portanto, nas relações pessoais, os frutos da educação ambiental programada e trabalhada hoje. Uma educação ambiental que visa e constrói uma sustentabilidade geradora de bem-estar.

2.1.1. Sustentabilidade a partir da educação ambiental

A educação ambiental para a prática da atividade turística tem sido tratada como uma abordagem capaz de proteger a natureza, amenizar os impactos e agressões das atividades turísticas e de seus agentes, além de garantir a fuga dos ambientes urbanos e poluídos e a busca do contato com a natureza preservada. Para tanto, tal abordagem deve levar em conta as expectativas dos consumidores turistas que dependem de inúmeros elementos que implicam em sua percepção como resultado de sua educação ambiental, pois ela precisa ser estimulada em cada um. Ou seja, BENI alerta que:

As expectativas dos consumidores turistas e seus correspondentes níveis de satisfação dependem de inúmeros elementos que influirão na percepção final que te da qualidade de cada cluster. Esses elementos são: aeroporto, traslado, estética do entorno, equipamentos receptivos, gastronomia, hospitalidade da comunidade receptora, informação e sinalização, centros comerciais, serviços de assistência e segurança em geral, todos aliados ao principal motivador das viagens – a competitividade dos preços (2000, p.169).



Doris Ruschmann (1997), em sua obra *Turismo e planejamento sustentável*, lembra que a filosofia da educação ambiental foi abordada pela UNESCO em 1985 num documento que trata do treinamento de instrutores especializados e ressalta a necessidade da conscientização da humanidade sobre sua estreita relação com o meio ambiente, a fim de desenvolver os valores e a justiça social e atuar de maneira a evitar ou corrigir problemas ambientais. Esta autora ainda elucida o papel do cidadão-turista e sua conscientização no que diz respeito a abordagens informais, numa prerrogativa de mobilização coletiva quanto ao meio em que vivemos.

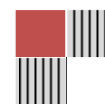
A educação para o turismo ambiental deverá ser desenvolvida por meio de programas não-formais, chamando o “cidadão-turista” a uma participação consciente na proteção do meio ambiente não apenas durante suas férias, mas também no cotidiano, no local de residência permanente. Entretanto, não só o turista terá de ser educado para proteger a natureza dos locais que visita; as ações de conscientização ambiental devem, indispensavelmente, voltar-se para o poder público que, como “dono” dos recursos naturais, é responsável pelas leis de zoneamento para uso e ocupação do solo, e muitas vezes atua permissivamente, e para o poder econômico, quase sempre interessado no lucro em curto prazo e a qualquer custo. A postura de empresários do setor com relação à proteção do meio ambiente constitui o primeiro estágio para a conscientização ambiental de seus clientes (RUSCHMANN, 1997, p.77).

Partindo desse pressuposto, compreende-se a importância dos operadores turísticos, cuja responsabilidade é de elaborar roteiros ecologicamente adequados. Além disso, procedimentos como a utilização de papel reciclado nos folhetos, de meios de transporte não poluentes nas destinações turísticas, de atividades brandas na programação, além de inúmeras outras práticas onde empresários do segmento hoteleiro, restaurantes (alimentos e bebidas) e entretenimento têm sob sua responsabilidade a utilização de materiais ambientalmente adequados, a implantação de projetos arquitetônicos em harmonia com as paisagens e as programações voltadas para integração do turista com o meio que visita.

Entretanto, LINDBERG traz para este debate tomadas de decisões que podem surtir efeitos não desejáveis à comunidade local e principalmente ao meio ambiente, em nome da educação ambiental.

Evidentemente, há muitos casos em que a ênfase no “projeto” pode não ser adequada, ou casos em que a promoção de benefícios econômicos às comunidades não é prioritária. Por exemplo, um operador turístico pode querer trabalhar com uma comunidade local para mudar ou melhorar aspectos de um roteiro turístico novo ou já existente. Empresários locais podem decidir criar áreas de observação, pontos de venda de comida e artesanato, ou alojamentos. A administração do parque pode querer aprimorar a educação do visitante e diminuir o impacto sobre o meio ambiente. Todas essas atividades são válidas em vista do que se propõem. Entretanto, elas constituem iniciativas isoladas e não atividades mais abrangentes, voltadas para a comunidade local (...) (2001, p.230).

A partir do momento em que LINDBERG foca o meio ambiente como fonte do próprio processo de sustentabilidade da comunidade local, o mesmo volta seu foco para uma ação mais consciente e conivente com a comunidade receptora. Isto é, para este autor,



o turismo é o tipo de desenvolvimento que tende a modificar rapidamente a situação social e econômica das comunidades, com impacto tanto positivo quanto negativo. Tanto nos países desenvolvidos como nos países em desenvolvimento, as comunidades geralmente sentem que não têm poder para influenciar esses padrões de desenvolvimento. Projetos de turismo voltados para a comunidade local procuram envolver as comunidades a fim de que elas decidam o tipo de crescimento que gostariam de ter, para, então, ajudá-las a implementar seus planos (2001, p.234).

E, conforme RODRIGUES (2000, p.172), ao analisar-se a prática da atividade turística, vê-se que “a paisagem e o ambiente [encontram-se] no contexto do uso fugaz do território, o que propicia a compreensão dos espaços produzidos para ‘consumir natureza, paisagem’, num tempo curto para indivíduos – alguns dias por ano –, e num tempo longo para a atividade turística”.

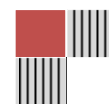
2.2 A educação ambiental sob o paradoxo do turismo

Do ponto de vista social, os turistas são as pessoas que se encontram do outro lado da população dos países e das regiões visitadas e daquelas que os acolhem voluntária ou involuntariamente. Na verdade, “os turistas são os inimigos mais perigosos que existem, porque eles nos são indispensáveis” (KRIPPENDORF apud SKAFION, 2000, p.67). Contudo, pesquisadores tentam estudar o impacto do turismo sobre a economia, o meio ambiente, a população das regiões visitadas, isto é, buscam diretrizes que possam nortear uma educação ambiental adequada a cada comunidade autóctone. Entretanto, KRIPPENDORF (2000) admite, mais uma vez, que essa discussão não foi conduzida em primeiro lugar pelos representantes das comunidades receptoras, mas por intelectuais das nações industrializadas, fazendo parte de suas inquietudes.

Porém, ninguém pode contestar a importância do turismo no que se refere a sua capacidade de gerar empregos e rendimentos. Ele ocupa milhões de pessoas no mundo inteiro em diferentes setores da indústria turística, e vários outros milhões de indivíduos vivem indiretamente disso. Mesmo assim, há o reverso da medalha segundo KRIPPENDORF e que raramente é evocado nos debates políticos:

No setor turístico, a maioria dos empregos não é atraente. As condições de trabalho são rigorosas: horas extras, horários irregulares, sobrecarga de acordo com a estação do ano e comprometimento pessoal a favor do cliente. Ademais, os salários são inferiores à média. As opções profissionais e as possibilidades de carreira são restritas. Muitas atividades não são qualificadas e são socialmente desfavorecidas, como os trabalhos efetuados nos bastidores dos hotéis, sejam nas cozinhas ou nos quartos. Eis por que os ofícios do turismo não gozam de um grande prestígio, especialmente nos países desenvolvidos (2000, p.72).

Entretanto, a indústria do turismo tem se ajustado paulatinamente com o intuito não apenas de atender um público consumidor cada vez mais exigente, mas também mais orientado para a conservação e proteção do meio ambiente. De acordo com RUSCHMANN (1997), o turismo de natureza ou o turismo ecológico ocorre na maioria das localidades turísticas estabelecidas e, nas



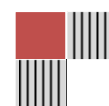
novas, evita-se a ocupação de todos os espaços. Caminhadas, ciclismo, rafting, mountain bike, motocross e toda uma série de esportes novos necessitam de uma natureza preservada. Desse modo, a educação ambiental sempre marca presença com manejo da natureza. A autora ainda enfatiza que a natureza e todos os seus componentes tornam-se “pretextos para a descoberta, a iniciação, a educação e o espírito de aventura e, dessa forma, dão origem a um novo mercado” (RUSCHMANN, 1997, p.21).

Um mercado que demanda a educação ambiental como norteadora de seus direitos e obrigações. Um mercado rico na biodiversidade, bem como rico também na heterogeneidade de seus freqüentadores. Já para CASCINO (2000, p.205) a educação ambiental deve ser vista como uma responsabilidade de todos, pois “criar o ecoturismo é responsabilidade de indivíduos preocupados em constituir o novo, em avançar com responsabilidades de transformação de grupos e de indivíduos. Não podemos permitir a redução desse objetivo: a perda seria enorme”. Este autor ainda enfatiza que a permissão da mediocridade mercadológica, que tudo transforma em circo, mercadoria, aparência, custo, pacote, coisificando lugares, pessoas, vontades, sonhos, possa suplantar a vontade e a necessidade de transformar. Isto é, conforme CASCINO (Op. cit.), “permitir o funcionamento de tal mecanismo é ser conivente, aceitar o preço, ser cooptado. Denunciarmos a mediocridade, não lhe darmos trégua, lutarmos constantemente, não nos tornamos medíocres”.

3. O PLANEJAMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DO TURISMO: EDUCAÇÃO AMBIENTAL COMO UMA VERTENTE A SER CONCRETIZADA

Ao se pensar em educação ambiental evocamos além do planejamento integrado, que deve contar com a participação efetiva do setor público, a sustentabilidade turística, uma preocupação com a comunidade autóctone e o meio ambiente. Pois são estes elementos que se articulam e explicitam o grau de educação ambiental necessário do bom relacionamento entre o homem e a natureza. Segundo BENI (2000, p.165), “o planejamento de turismo subentende um conceito fundamental: é um sistema inter-relacionado de fatores de oferta e demanda”.

Portanto, podemos compreender os fatores de demanda como os mercados de turismo internacional e doméstico que utilizam atrativos, equipamentos e serviços turísticos. Enquanto que os fatores da oferta compreendem atrativos e atividades turísticas, alojamentos e outros equipamentos e serviços. Embora o impacto do turismo sobre o espaço natural e artificial (construído pelo homem) tenha sido reconhecido há muito, a ação de entidades e instituições públicas e privadas em favor do meio ambiente tem mobilizado a sociedade paulatinamente. Pois, de acordo com BENI:



A política ambiental também foi fragmentada, dirigida para questões específicas tais como poluição da água, qualidade do ar e outras. Isto devido, em parte, à fragmentação administrativa, mas também ao período de tempo necessário para incorporar abordagens integradas à gestão ambiental, que lida com ecossistemas totais e não com aspectos limitados de qualidade ambiental. Não bastasse isso, a conservação ambiental foi vista como oposição à política de desenvolvimento. Assim, a qualidade ambiental foi considerada uma coisa à parte do desenvolvimento econômico e social. Só recentemente é que prevaleceu uma visão mais ampla, mais integrada da política de desenvolvimento, ligando este conceito ao da proteção ambiental (2000, p.167).

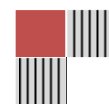
A questão da sustentabilidade em turismo, portanto, encontra-se fortemente atrelada à questão de políticas administrativas, educação ambiental e planejamento estratégico, uma vez que muitos dos problemas que vêm sendo proporcionados e acarretados graças a execução de tais atividades, têm sido amplamente debatidos no contexto do turismo mundial, principalmente das perspectivas ambientais, sociais, culturais e econômicas. Segundo BARROS (2000, p.90) o turismo “pode atuar como instrumento de sensibilização, de orientação e de equilíbrio entre o desgaste que nós estamos causando com o desenvolvimento econômico e a necessidade de preservar nosso patrimônio”. Ou seja, o turismo, é capaz de mediar um processo sócio-evolutivo dotado de reflexões e comportamentos sociais aptos a reduzir toda e qualquer agressão do ser humano e de suas experiências junto ao meio ambiente.

Contudo, atendo-se ao ponto de reflexão aqui proposto, deve-se lembrar que por um lado, estar em contato com o meio ambiente é necessidade consciente da condição humana. E, conforme admite CASCINO,

É somente com a integração do homem com seu meio, do ponto de vista plural e singular, que estruturas vivas redimensionarão o ser homem [sic.]. Aqui cabem o discurso, a preocupação, a proposta [de uma reeducação ambiental] do ecoturismo. Fundado nesse pensamento, trata-se de um ecoturismo profundamente humanizado (2000, p.203).

Certamente, é desse modo que o turismo e a educação ambiental adquirem poder e balizadores que posicionam o ser homem em seu habitat³ natural, denotando seu desenvolvimento sócio-evolutivo e expressando seus desejos de bem-estar. Por outro, assumir um comportamento comprometido com o meio ambiente, revela-se como uma postura determinante na indústria do turismo, e que demanda além de investimentos financeiros, interesses comunitários e ambientais do setor público, juntamente com uma convivência dos membros que compõem tal comunidade. E é dessa convivência, a princípio, que se deve partir uma ação voltada à educação ambiental daqueles envolvidos com o turismo. Hoje, o que se percebe é um notável interesse por questões relacionadas ao turismo como recurso político, econômico, social e cultural. Porém, não se faz jus a um turismo que não possa conjugar sua própria sustentabilidade e essa “sustentabilidade precisa ser construída

³ Grifo nosso.



socialmente, ou seja, penso que o desafio é construir a utopia da sociedade sustentável, desenvolvendo em contínua progressão a capacidade de pensar, que é a essência da natureza humana [sic.]” (RODRIGUES, 2000, p.174). Portanto, cabe indagar do que se trata quando se fala de desenvolvimento sustentável, e qual o sentido utilizado num debate sobre “O viés do desenvolvimento sustentável” (Op. cit).

3.1. Uma preocupação social: o meio ambiente.

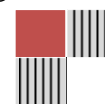
Antes de chegarmos a conceitos que correlacionam meio ambiente, planejamento de atividades turísticas, valorização dos recursos naturais e não-naturais, convivência do setor público na manutenção e proteção do meio ambiente, entre outros, temos que lembrar que na esfera federal, conforme TRIGO (2000, p.243), “o Decreto-lei n° 55 de 18-11-1966 definiu a política nacional de turismo, criou o Conselho Nacional de Turismo e a Embratur. Em 1967 aconteceu, no Rio de Janeiro, o Encontro Nacional de Turismo, primeira iniciativa da Embratur”. Entretanto, o setor de turismo ainda era visto com desconfiança e sem credibilidade.

Trigo também relembra, em seu trabalho A importância da educação para o turismo, datas que marcaram os percalços dessa atividade no Brasil e viabiliza conceitos que ajudam a nortear, ao mesmo tempo em que ampliando, o campo de desenvolvimento do turismo nacional. Logo, quando focamos o desenvolvimento do turismo temos como princípio básico à educação ambiental, requisito básico a relação do homem com seu meio. TRIGO também destaca que,

No início da década de 1970, em pleno “milagre econômico”, o turismo começou a aparecer no Brasil como alternativa viável e importante de desenvolvimento e geração de empregos e riquezas. O surgimento de uma área tão nova e sofisticada deu-se em um país com histórico colonial de exportador de matérias-primas básicas, com uma sociedade calcada por 300 anos em latifúndios patriarcais e escravocratas, as famosas plantations. O país vivia um momento de retrocesso político marcado pela ditadura militar de direita, um contraponto geopolítico importante na Guerra Fria global e, paradoxalmente, a classe média e as elites se deslumbravam com a ascensão vertiginosa de geração de riquezas (2000, p.244).

Segundo o autor, foi nesse contexto, rico em crises e sonhos, que a educação em turismo foi implantada no Brasil. E mais, conforme TRIGO (Op. cit., p.245), “é inegável que após 1995 os cursos de Turismo no Brasil passaram por uma verdadeira explosão na quantidade, mas não, infelizmente, na qualidade”. Nessa mesma linha de raciocínio, nos deparamos com BENI que afirma

ser necessário a constituição de abordagens mais equilibradas e integradas no desenvolvimento de uma educação ambiental direcionada e das atividades turísticas, uma vez que há participação de políticas de esferas diferentes na composição do turismo nacional. As políticas de turismo estão integradas nas políticas sociais, econômicas e ambientais, mas não as precedem. Isto constitui uma abordagem mais equilibrada e integrada, mais próxima do pensamento contemporâneo sobre o turismo, configurando e



reforçando para os pesquisadores de vanguarda o conceito de clusters e microclusters turísticos, delimitando em concentrações geográficas com diferencial interativo e completo, estruturados em sua comercialização global para a concorrência final nos mercados consumidores (2000, p.168).

Contudo, discutir a qualidade do que tem sido feito nos cursos de graduação em Turismo demanda análise de suas ementas e perspectivas. Demanda também um debate que envolva além destas, o conhecimento do público alvo sua origem, seus valores, suas perspectivas etc.

3.2. Uma educação para o meio

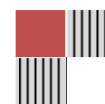
Partindo do princípio de relação entre meio ambiente e turismo, observa-se que há uma interdependência entre estes dois elementos e que essa relação depende de planejamento, estratégias, objetivos e educação. Contudo, a grande maioria dos pesquisadores do turismo tem se preocupado principalmente com a dialética que constitui essa relação. Segundo LAGE:

O meio ambiente físico é o ingrediente vital do produto turístico como forma poderosa de atração para os turistas. A relação entre turismo e meio ambiente tende a ser simbiótica à medida que a conservação de áreas naturais, vida selvagem, cenários de preservação de sítios, monumentos arqueológicos e de interesses históricos são oferecidos à demanda, diante de estímulos dos fluxos turísticos (2000, p.129).

Também, tal relação viabiliza a determinação de parâmetros para a tomada de decisões na área do turismo, do planejamento de estratégias, da definição de perspectivas, ao mesmo tempo em que expressa o desenvolvimento cognitivo e o refinamento da percepção daqueles envolvidos direta ou indiretamente com o turismo. Para BENI todos os esforços direcionados à proteção ambiental na inter-relação deste com os indivíduos é sempre muito bem-vinda:

O aparecimento do conceito de desenvolvimento sustentado marca essa mudança de perspectiva. Uma política global de sustentabilidade, em que a conservação do meio ambiente está intimamente relacionada com a eficiência econômica e a justiça social, ganhou ampla aceitação. Essa visão enfatiza esforços para associar a proteção ambiental às políticas de desenvolvimento do turismo (2000, p.167).

Segundo SWARBROOKE (2000, p.69) “a maior parte da maneira de pensar convencional no turismo sustentável enfoca como a comunidade pode influenciar os sistemas de controle do planejamento e do desenvolvimento do turismo pelo setor público”. Ou seja, conforme vimos anteriormente neste trabalho, a parcela de contribuição do setor público no turismo sustentável é fundamental. O próprio SWARBROOKE em Turismo sustentável – meio ambiente e economia admite que “outro papel valioso do setor público é o estabelecimento de padrões oficiais para sustentabilidade que permitam aos turistas identificar os produtos mais propícios e sustentáveis do ponto de vista do meio ambiente” (2000, p.16). E o autor também destaca a necessidade de mobilização da comunidade como um todo através de políticas de relação e comunicação:



Em um mercado relativamente livre, aberto, competitivo como o do turismo, temos que satisfazer o turista porque, caso contrário, nenhuma empresa nem destinação será sustentável. Então, o desenvolvimento de formas mais sustentáveis de turismo significa criar novos produtos e conhecimentos que intensifiquem a experiência do turista e, ao mesmo tempo, cumpram os critérios de sustentabilidade (2000, p.94).

Por se tratar de um espaço tão próspero e inter-relacionado com infinitas formas de produção, ou então, por se tratar de um campo tão dependente do manejo que o homem lhe dá e da inter-relação que mantêm, enfim, por se tratar de pessoas e meio ambiente, LAGE estima que os números relacionados à relação entre turismo, meio ambiente, educação ambiental, preservação do meio, atividades turísticas, entre outros, devem colocar o turismo brasileiro com destaque no cenário internacional como fruto da educação ambiental em nossa sociedade:

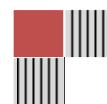
O Brasil, por sua oferta diferenciada, vem destacando-se como pólo de turismo cada vez mais atraente, apresentando um quadro significativo do fluxo emissivo internacional estimado em 4,8 milhões de brasileiros, e um moderado, mas promissor, fluxo receptivo da ordem de 3 milhões de turistas estrangeiros. Acrescenta-se ao movimento doméstico do turismo nacional um montante representativo de mais de 25 milhões de passageiros aéreos e outros milhões de turistas que trasladam de ônibus e carros pelas mais variadas regiões brasileiras. Ajustam-se também nessa gigantesca cadeia de riqueza os investimentos das crescentes empresas de hotelaria, das transportadoras, das operadoras e agências de viagens, dos restaurantes, das locadoras e tantos outros componentes derivados do setor público e privado (2000, p.117).

Ou seja, o turismo se torna um elemento importante da vida social e econômica da comunidade regional. Conforme BENI (2000, p.168), o turismo, conseqüentemente, “reflete as aspirações legítimas das pessoas no sentido de desfrutar de novos lugares, assimilar culturas diferentes, beneficiar-se de atividades ou descansar longe do local habitual de residência ou de trabalho”.

3.3. A educação ambiental e a prática do turismo

Este subcapítulo se atem à prática do turismo no ato das relações interpessoais. Traz à luz elementos que compõem esse contato ora presencial, ora por mídias. Também reúne conceitos que delineiam uma nova imagem da proposta de turismo no cenário contemporâneo atrelado à luz da aldeia global. A prática de um novo modelo das atividades turísticas projeta ou surte mudanças no comportamento da sociedade, alude a um desenvolvimento na percepção da coletividade e sua capacidade de comunicação na preservação do meio ambiente, também, denota a mobilidade social em diferentes esferas da nossa organização.

AVIGHI, numa prerrogativa científica, sintetiza uma nova concepção de turismo a partir da aliança entre o planejamento econômico e a percepção das pessoas. Isto é, este autor fala de mudanças de valores do indivíduo para com o meio ambiente a partir da educação ambiental:

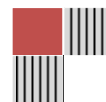


A nova concepção de turismo instala uma aliança entre o planejamento econômico-financeiro e de infra-estrutura e a percepção mais ampla, digamos assim, interessada por bens culturais e estilos de vida e que provoque a imaginação. Equivale isto a criar uma nova narrativa do produto tradicional à luz da globalização, ou seja, permitir o entendimento de que não se visita outro, simplesmente, mas que o outro somos nós, de certa forma. (...) Equivale, igualmente, a informar sobre produtos novos ou não tradicionais e que melhor poderão se harmonizar com as características do turista. Não se verá este obrigado a visitas formais que talvez não lhe digam respeito, e poderá ser convidado a atividades e a lugares mais afeiçoados a sua pessoa (2000, p.104).

A citação acima sugere um novo conceito de turismo e de turista, ela aguça uma nova imagem, a do turista contemporâneo. Um turista, talvez, mais exigente, ou pelo menos, com novas percepções na escolha das práticas turísticas, o que fora ocasionado pelo resultado de trabalhos realizados nas instituições e órgãos preocupados com a educação ambiental e nossas próximas gerações. Voltado para esse novo conceito de turista, o pesquisador FILHO (2000) destaca a demanda por um padrão qualitativo de turismo que deve ir ao encontro das expectativas do turista. O autor também enfatiza o poder da oferta de valores desejados ou inesperados, com o intuito de reunir pontos positivos e caracterizar uma imagem geradora de bem-estar e satisfação. Este autor delinea um turismo diferenciado em sua oferta e conivente com a educação ambiental, um modelo que visa, em princípio, as expectativas do turista e daí a possibilidade de uma educação que perfaz o meio ambiente. GINO G. FILHO assevera, no entanto, o ato ou esforço simultâneo de diversos órgãos na realização de uma função.

A oferta quase que pasteurizada de produtos turísticos no Brasil impõe um padrão qualitativo que funciona, na verdade, apenas como atendimento a expectativas “esperadas” pelo cliente, segundo o modelo customer value de Albrecht. Nesse modelo, o autor hierarquiza as expectativas do consumidor em quatro valores: básicos, esperados, desejados e inesperados. Embora o propósito denotado pelo turista, em certos momentos, reporte-se aos valores básicos e esperados, a organização sempre reúne pontos positivos quando trabalha com valores desejados ou inesperados, uma vez que tal trabalho se constitui em fator sinérgico na construção positiva da imagem percebida pelo cliente. A prática mostra que o turista pode optar por um serviço mais caro em função dos benefícios agregados (2000, p.66).

Naturalmente, portanto, a mudança nas percepções dos consumidores de turismo ultrapassa todos os limites desse campo dialético por excelência. ULRICH MIELENHAUSEN (2000), por exemplo, enfatiza essa transcendência ao apontar a esfera da comunicação como ferramenta mediadora da educação ambiental. Este autor lembra que a educação ambiental, como suporte do turismo sustentável, não é conduta praticável somente no que diz respeito à proteção da natureza, mas elemento constituinte das relações interpessoais e co-responsável pelo mercado articulado pelo turismo.



ULRICH MIELENHAUSEN, certamente, nos propõe uma reavaliação de nossos valores e crenças como indivíduos que essencialmente vivenciam uma simbiose social em nosso meio. Uma proposta de transição de um meio hermético para um meio mais adequado às diferenças pessoais.

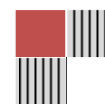
Além da forma de atendimento ao telefone, a linguagem e o conteúdo de uma carta comercial, o tratamento que os funcionários de uma empresa dispensam aos clientes e ao público em geral, a forma de se vestirem e o ambiente receptivo ou frio da loja, a existência ou não de vagas para estacionamento de clientes, principalmente quando há vagas reservadas para a diretoria/funcionários, a forma de a empresa se relacionar com a comunidade, com a concorrência, com os fornecedores; tudo isto é visto como um meio de comunicação com o mercado, saindo do mundo hermético e definido dos materiais promocionais e das peças de propaganda (2000, p.53).

Embora o turismo, significando um complexo de atividades que centralizam as viagens de pessoas para lugares diversos, seja o resultado de tudo o que é apresentado aos seus consumidores, podemos destacar o advento das novas tecnologias que continuam surgindo cada vez mais rapidamente, o que contribui para a evolução e desenvolvimento dos turistas e daqueles que atuam na área como profissionais, no que concerne à educação ambiental. Para LAGE (2000, p.17) “o mundo mudou e, com esta transformação, o turismo se destaca como a alavanca de uma máquina que movimenta todo o planeta, cujas peças se encaixam e dão possibilidade para que toda a sociedade seja beneficiada com os produtos resultantes desta engrenagem”.

Realmente, o turismo contemporâneo tem apresentado um leque de objetivos e preocupações muito mais amplo do que no passado. A demanda por atividades turísticas coniventes com o meio ambiente e preocupadas, a partir dos indivíduos das comunidades autóctones e dos turistas, com a abordagem adequada empregada por todos aqueles que constituem esse mercado têm mobilizado também a setor público e a determinação de norteadores capazes de assegurar um futuro mais promissor às gerações vindouras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo trazer para o debate elementos que compõem o fenômeno conhecido por turismo. Uma missão que requer principalmente conhecimento técnico e metodológico. Uma tarefa que exige, além do alinhamento de idéias que dizem respeito ao assunto: educação ambiental. Uma realidade que evoca, a todo o momento, questões sociais, econômicas, estratégicas, políticas de diferentes esferas do setor público, convivência individual e coletiva, recursos naturais e não-naturais, tecnologia, comunicação etc. Numa tentativa de projetar um cenário cúmplice de nossas atitudes e práticas turísticas, este artigo reúne fatos que denotam uma mobilidade no campo do turismo bastante significativa para as iniciativas turísticas brasileiras,



iniciativas, como a própria EMBRATUR, que trouxeram consistência para essa indústria e atos políticos nos âmbitos regional, estadual e federal que decidiram os percursos a serem trilhados, além de direcionar mais atenção à educação ambiental.

Este trabalho posiciona o turismo como um elemento sócio-evolutivo porque acredita ser possível uma comunidade receptora se desenvolver através do turismo. Acredita ser possível um programa de sustentabilidade efetivo, que possa gerar empregos para os residentes, preservar o meio ambiente, oportunizar e estimular o desenvolvimento cognitivo dessa comunidade alvo e contribuir para o bem-estar das futuras gerações. Para tanto, põe em debate a representação, a participação e o comprometimento do setor público no que concerne ao turismo.

Também denota os rumos tomados pela educação ambiental, como ela tem sido trabalhada junto à comunidade, às políticas e sua mediação através das diferentes atividades praticadas no campo do turismo. Lembra dos impactos oferecidos pelos visitantes, mas enfatiza a necessidade dos mesmos. E destaca uma relação bastante estreita entre educação ambiental e a sustentabilidade efetiva, uma relação que se torna cada vez melhor com a convivência do setor público e de pessoas com uma percepção mais refinada. Por fim, este trabalho prima pelos norteadores de uma educação ambiental capazes de definir o futuro de nossa biosfera. Norteadores que se articulam, se transformam para viabilizar a formação de indivíduos conscientes e responsáveis por suas atitudes, principalmente, no que diz respeito ao meio ambiente. Uma educação ambiental direcionada para o meio, comprometida com o social, responsável por seus resultados e digna de novas gerações.

REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

BEATRIZ H. G. L. e PAULO C. M. (orgs.). Turismo: teoria e prática. In: AVIGHI, C. M. **Turismo, globalização e cultura**. São Paulo: Atlas, 2000.

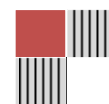
_____ Turismo: teoria e prática. In: BARROS, S. M. **Turismo, sociedade, meio ambiente e ecoturismo**. São Paulo: Atlas, 2000.

_____ Turismo: teoria e prática. In: BENI, M. C. **Política e estratégia do desenvolvimento regional – planejamento integrado e sustentável do turismo**. São Paulo: Atlas, 2000.

_____ Turismo: teoria e prática. In: DONAIRE, D. **Considerações sobre a variável ecológica, as organizações e o turismo**. São Paulo: Atlas, 2000.

_____ Turismo: teoria e prática. In: FILHO, G. G. **Atendimento e responsabilidade social como atributos da qualidade do turismo**. São Paulo: Atlas, 2000.

_____ Turismo: teoria e prática. In: LAGE, B. H. G. e MILONE, P. C. **Impactos socioeconômicos globais do turismo**. São Paulo: Atlas, 2000.



_____ Turismo: teoria e prática. In: MIELENHAUSEN, U. **Gestão do mix promocional para agências de viagens e turismo**. São Paulo: Atlas, 2000.

_____ Turismo: teoria e prática. In: NETO, J. E. M. **Tendências dos pólos turísticos e mercados de resorts**. São Paulo: Atlas, 2000.

_____ Turismo: teoria e prática. In: TRIGO, L. G. G. **A importância da educação para o turismo**. São Paulo: Atlas, 2000.

DELGADO, J. M. **Turismo responsável: uma visão homeostática**. IV Encontro Nacional de Turismo com Base Local – Redescobrimo a Ecologia no Turismo. Joinville/SC – Brasil, 2000.

ESTOL, E. e ALBUQUERQUE, S. **Planejamento Turístico**. Buenos Aires, Ciet.

GASTAL, S. (Org.). Turismo: 9 propostas para um saber-fazer. In: RIBEIRO, M. **A atratividade dos centros urbanos e o turismo**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.

KRIPPENDORF, J. **Sociologia do turismo: para uma nova compreensão do lazer e das viagens**. São Paulo: Aleph, 2000.

LINDBERG, K. e HAWKINS, D. E. **Ecoturismo: um guia para planejamento e gestão**. Trad. Leila C. de M. D.; 3º ed. São Paulo: Editora SENAC, 2001.

RODRIGUES, A. B. (org). Turismo e ambiente: reflexões e propostas. In: UEDA, V. e VIGO, M. **A. Recuperação do ambiente natural e urbano da lagoa dos patos em benefício do desenvolvimento da atividade turística em Pelotas/RS**. – 2º ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

_____ Turismo e ambiente: reflexões e propostas. In: FIGUEIREDO, L. A. V. de. **Ecoturismo e participação popular no manejo de áreas protegidas: Aspectos conceituais, educativos e reflexões**. 2º ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

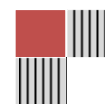
_____ Turismo e ambiente: reflexões e propostas. In: LOMBARDO, M. A. e CASELLA, L. L. de C. **Turismo ambiental: o caso de Bombinhas**. 2º ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

RUSCHUMANN, D. van de M. **Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente**. Campinas, SP: Papirus. 6ª edição, 1997.

SERRANO, C.; BRUHNS, H. T. e LUCHIARI, M. T. D. P (Orgs.). Olhares contemporâneos sobre o turismo. In: BARRETO, M. **As ciências sociais aplicadas ao turismo**. Campinas, SP: Papirus, 2000.

_____ Olhares contemporâneos sobre o turismo. In: RODRIGUES, A. M. **Desenvolvimento sustentável e atividade turística**. Campinas, SP. Ed. Papirus, 2000.

_____ Olhares contemporâneos sobre o turismo. In: CASCINO, F. **Pensando a relação entre educação ambiental e turismo**. Campinas, SP. Ed. Papirus, 2000.



SWARBROOKE, J. **Turismo sustentável**: meio ambiente e economia, vol. 2. Trad. Esther E. H. São Paulo: Aleph, 2000.

